

Data: 11-09-2019 13:32:36



Título do Artigo : Prédio da Caixa como exemplo de resistência na luta pela moradia.
Vinculado a ação : A Universidade e o direito à cidade: acompanhando e mapeando os conflitos
Área Temática : Direitos Humanos e Justiça
Modalidade : Apresentação Oral de Artigo

1. COORDENADOR DA AÇÃO DE EXTENSÃO

Nome: Glauco Bienenstein E-mail: gb@id.uff.br
 Telefone:
 Celular: (24)9876-73537 Departamento: NEPHU

2. EQUIPE INTEGRANTE DO ARTIGO

01-	Glauco Bienenstein	Docente	Autor
02-	Gabrielle Silva Laurindo	Aluno bolsista	Relator/Autor
03-	Daniel Mendes Mesquita de Sousa	Aluno bolsista	Autor
04-	Regina Bienenstein	Docente	Autor

3. ARTIGO

Resumo:

Em consonância com os objetivos do projeto de extensão “Acompanhando e mapeando conflitos”, observou-se ao longo da pesquisa o protagonismo dos moradores do Prédio da Caixa, localizado no centro da cidade de Niterói, RJ, diante da ameaça e consequente despejo, no rol dos conflitos relacionados à luta pela moradia. Assim, o artigo avalia os papéis de dois órgãos públicos envolvidos diretamente no conflito analisado: o executivo municipal e a universidade pública. Desse modo, avalia-se que à medida que o primeiro nem sempre intercede a favor da população, a universidade, representada pelo Núcleo de Estudos e Projetos Habitacionais e Urbanos, NEPHU/UFF, além de produzir conhecimento relativo ao tema objeto deste artigo, conflito e luta

pela moradia, adquiriu centralidade no processo do estudo de caso aqui apresentado, não somente disseminando o conhecimento produzido, mas especialmente, conferindo visibilidade e promovendo assistência técnica aos moradores no acima mencionado conflito.

Palavras chave:

Prédio da Caixa; Conflito; Niterói

Abstract:

According to the main objectives of the extension project entitled “Monitoring and mapping conflicts,” the resistance against the forced eviction of the Caixa building is the central conflict related to the struggle for housing in the city mentioned above. Thus, the article evaluates the roles of two public agencies directly involved in the conflict analyzed: the municipal executive and the public university. The research has focused on important disputes linked to the housing problem in Niterói city. Thus, the Caixa building has emerged as one of the most prominent examples of how the struggle for housing is taking place in the mentioned city. Therefore, it has concluded that the local administration has not interceded in favor of the affected population. On the other hand, the public university has supported those social actors as well as produced knowledge to help their struggle.

Key Words:

Conflict; Caixa building; Niterói

Introdução (Justificativa, o Problema, Objetivos - geral e específicos):

Este artigo tem como objetivo explicitar a situação dos moradores despejados do conhecido Prédio da Caixa, localizado no centro de Niterói, no Rio de Janeiro, por meio de uma ordem judicial na data de 7 de junho de 2019. A escolha deste caso se deu pela pesquisa realizada no projeto de extensão “Acompanhando e mapeando conflitos”, vinculado ao programa “A Universidade pública e o direito à cidade: assessoria a movimentos sociais do Estado do Rio de Janeiro”, cuja articulação com o Fórum de Luta pela Moradia (FLM), identificou as manifestações dos conflitos por moradia em Niterói. O caso em tela será abordado à luz de três principais pontos: (i) A localização urbana do prédio como gerador de interesse do mercado imobiliário e do poder público de utilizá-lo para implantação de projetos no local; (ii) As estratégias utilizadas pelos moradores e seus apoiadores para reaver seu direito à moradia e como se desenvolveu sua luta. (iii) Aspectos relativos à interação com a universidade pública, a partir da assistência técnica prestada aos moradores, como forma de gerar retorno concreto à sociedade do conhecimento produzido na academia. O primeiro ponto esclarece o contexto urbano em que o prédio da Caixa está inserido, discutindo o significado da remoção dos moradores e, a partir daí, questionar as responsabilidades do poder público em solucionar ou encaminhar soluções para a situação. No segundo ponto trata cronologicamente como se deu o conflito e as lutas pela permanência no edifício. Assim, São relatadas as fases que antecederam os despejos, passando pela articulação tanto interna à comunidade, tendo em vista as dificuldades e seus limites, quanto externa ao perceber o cerco de diversas instituições e órgãos governamentais que se articularam para realizar o despejo. O último ponto discute a relação da universidade e as lutas por moradia em Niterói. Para tanto, avalia-se ações voltadas à assistência técnica devem abranger o currículo da graduação em Arquitetura e Urbanismo, de forma a conscientizar o futuro arquiteto preocupado com os problemas sociais. Desse modo, é sempre bom reforçar as palavras de Ermínia Maricato (2013) quando ela afirma que “o arquiteto não conhece a cidade”. Esse esforço já seria um bom início para o aprimoramento da sua formação. Justifica-se o tema escolhido, tendo em vista que das 29 mobilizações por moradia em Niterói em 2019, 12 foram realizadas pelos moradores do Prédio da Caixa, além das mesmas estarem localizadas na área central da cidade. As lutas por moradia se acentuaram de 2018 para 2019, o que mostra que o conflito se acirrou na cidade. Os moradores têm se mostrado capazes de se auto-organizar mesmo anteriormente ao despejo propriamente dito, merecendo atenção pelas frequentes reuniões internas dos atingidos no processo, os quais têm

buscado articulação com outros diversos colaboradores. Cabe ainda destacar a necessidade de ampliar o conhecimento dessas pautas de luta e organização social dentro da academia. A particularidade deste caso se dá também por conta de instituições tais como o poder judiciário (em especial, a Defensoria Pública de Niterói) e a prefeitura terem se organizado para alcançarem o despejo do prédio. Desse modo, avalia-se que o aprofundamento deste caso pode elucidar inúmeras questões relacionadas às políticas públicas para a habitação de interesse social, bem como sua efetividade. No desenvolvimento iremos tratar dos três pontos descritos nesta introdução: 1. Localização; 2. Trajetória do conflito, e; 3. O Papel da universidade. Na metodologia será tratado o aspecto da construção do projeto de extensão. Nos resultados abordaremos o início da construção de um acompanhamento, que possa produzir um retorno para as famílias removidas, além de discutir a maneira como cidade é construída. Nas considerações finais, o destaque se dá no contraste entre a forma que os conflitos são tratados atualmente pela administração pública.

Desenvolvimento com Fundamentação Teórica:

Situado em uma das principais vias de Niterói, a Av. Amaral Peixoto, no centro da cidade. O Edifício Nossa Senhora da Conceição, popularmente conhecido como Prédio da Caixa, sempre foi alvo de grande interesse imobiliário por conta de sua localização. Mas a partir de 2013, quando foi aprovada Lei nº 3061/2013, que institui a Operação Urbano Consorciada (OUC) da área central de Niterói. Esse projeto visa revitalizar o centro, promovendo a melhoria da infraestrutura urbana, que caso ocorra pode ter como consequência a contribuição com a valorização fundiária da região, o que vem pressionando as regiões subutilizadas, abandonadas e populares (SOUSA, 2017). Porém, em 03 de Março de 2015, a Justiça Federal do Estado do Rio de Janeiro já anunciou um plano para transformar a Av. Amaral Peixoto em um “corredor judiciário”, onde seria implantada sua nova sede. O desfecho desse processo se deu no dia 07 de junho de 2019 quando foi decidida a desocupação judicial do prédio em questão. Todavia, é importante se observar os movimentos anteriores ao acontecimento como, por exemplo, as coações encobertas que se iniciaram em março de 2019, com o desligamento da energia elétrica do prédio, sem aviso prévio. O argumento principal foi justificado pelo risco de incêndio tendo em vista as condições do sistema elétrico, principalmente por conta das fiações elétricas precárias e fora das normas. O projeto de extensão “Acompanhando e mapeando conflitos” tomou conhecimento do caso do Prédio da Caixa quando em 22 de maio de 2019, durante a reunião do FLM, a representante dos moradores relatou a existência de uma ordem judicial solicitando a saída dos moradores de forma voluntária no dia 25 de maio de 2019. A partir desse ponto, as articulações dos moradores começam a tomar forma e se iniciam com um ato público durante uma sessão da Câmara dos Vereadores no dia 23 de Maio. Após este primeiro momento, as tensões aumentam com uma nova ordem judicial, desta vez exigindo o despejo na data de 07 de Junho de 2019, mesmo que compulsório, sob a alegação de insalubridade do prédio. Como consequência, parte dos moradores começa a se desligar do movimento e outra parte segue em busca de um engenheiro que pudesse atestar que as obras para melhoria poderiam ser realizadas com os moradores ainda residindo o imóvel. Em 28 de Maio, parte ainda articulada dos moradores, realiza outro ato em frente ao próprio Prédio da Caixa, a fim de tornar pública possibilidade do despejo. Na tentativa de reprimir o movimento a Prefeitura ameaça fechar a entrada do prédio, ao mesmo passo que se recusa a prestar assistência, seja na forma de introdução do grupo de moradores no Programa Minha Casa Minha Vida ou até mesmo no Programa Aluguel Social neste primeiro momento, onde já havia casos de moradores que optariam por sair do imóvel voluntariamente. Demonstrando sua resistência em 04 de junho, durante uma audiência da Câmara dos Vereadores, os moradores, solicitam apoio pela garantia da permanência no prédio. Até então, não houve abertura de negociações para que se pudessem pensar alternativas para os moradores. Um novo ato público foi realizado em 06 de junho, um dia antes da data do despejo, para conseguir que a população soubesse do que estava ocorrendo no prédio. Porém, no dia seguinte, 07 de junho, o despejo se concretizou. Para isto, um grande aparato policial que hostilizava a população. Houve diversas violações de direitos: pertences dos moradores ficaram presos dentro do prédio; desaparecimento de itens pessoais e depredação do edifício; fazendo assim, com que a maioria do moradores saíssem apenas com a roupa do corpo! A Prefeitura não assistiu aos moradores em momento algum da ação, seja com fornecimento de alimentação ou cobertores, ou se quer um encaminhamento a algum abrigo. Tendo em vista que, todos na cidade de Niterói estavam lotados. Seguidamente, as manifestações se intensificaram de forma que entre os meses de junho e agosto de 2019 contabilizou-se um total de 8 atos públicos contrários aos despejos, sendo um destes inclusive, uma passeata. As manifestações tinham como principal objetivo cobrar a um posicionamento que pudesse dar uma solução para as pessoas que estavam sem

moradas, como o aluguel social, além de criticar o Ministério Público, que foi o responsável pela iniciativa do processo de despejo. Embora o número de manifestações tenha sido alta, as demandas não foram atendidas completamente, somente as soluções imediatistas e de caráter provisório como a liberação de aluguel social, que foi garantida para apenas uma parte dos moradores. Cabe destacar, ainda há reclamações suspensão do pagamento em alguns casos. Deste modo, a população encontra-se sem o amparo do poder público e sem os seus direitos. Cabe dizer, que desta forma acaba por privilegiar os interesses de uma parte da sociedade, interessada em valorizar a área central da cidade, o que acaba por aumentar ainda mais a segregação social nos territórios da cidade. Em contrapartida a Universidade Pública, pode se comprometer com outros interesses, que não os dá valorização fundiária. Para isso, a prestação de assistência técnica pública gratuita já garantida pela lei Nº 11.888/2008, poderia contribuir em casos como este, caso fosse aplicada pelo município. Neste sentido, a universidade poderia fornecer mais disciplinas e/ou projetos de extensão, que ampliassem a perspectiva do estudante relacionada a questão social da moradia. “Avalia-se que a universidade, especialmente a pública e gratuita, enquanto instituição de ensino socialmente referenciada, deve estar voltada a formar profissionais aptos para enfrentar os desafios postos pela sociedade e pela crescente e complexa urbanização, ultrapassando o simples adestramento para atender à demanda do mercado” (BIENENSTEIN G, et al, 2017, p.23). Desta maneira enxergar os movimentos de luta pela moradia como socialmente válidos, baseados na busca da execução de seus direitos e apoiados por profissionais que os compreende.

Metodologia:

A metodologia adotada baseia-se no planejamento em situação de conflito com base em José Ricardo Vargas de Faria (2017, p.12), além das contribuições Glauco Bienenstein (2017, p. 23), que entendem o conflito como uma categoria capaz de interpretar a sociedade e a vida real com seus problemas e contradições. Os membros envolvidos com a pesquisa se juntaram FLM, no período de março de 2018 a agosto de 2019. A pesquisa levantou e organizou os dados por meio de uma tabela, onde foram relacionados vários itens para análise, dentre eles: as manifestações do conflito, datas, locais, descrição dos mesmos, o objeto de conflito, as estratégias de luta, os encaminhamentos tomados coletivamente, aquilo que se define como reclamados, ou seja, aqueles são alvo das reivindicações, os antagonistas (que se aliam aos reclamados), reclamantes, colaboradores (que se aliam aos reclamantes), comunidades envolvidas e a origem dos conflitos. Posteriormente, foram produzidos gráficos a fim de se ter melhor visualização e compreensão das situações de conflito. Os dados primários foram obtidos através de notícias publicadas e nas atas das reuniões FLM. Porém, notou-se que apenas uma pequena parte dos conflitos eram noticiados. As próprias reuniões do FLM, que acontecem toda semana, se tornaram uma rica fonte, inclusive qualitativa, por meio da qual conseguimos ter maior proximidade com os moradores, ou seja, do Prédio da Caixa. Ao considerar os produtos da análise, conforme anteriormente indicado, se percebeu que o maior número de manifestações foi dos moradores do Prédio da Caixa. De um total 35 conflitos registrados, 12 eram do Prédio da Caixa apenas no ano de 2019, enquanto outras comunidades tinham em média metade deste número se somados os dois anos estudados. Estes elementos serviram de base para a produção deste artigo. Observar de forma mais próxima este caso é compreender melhor a política de habitação atual de Niterói.

Resultado com Discussão:

Esta pesquisa, desde a construção da metodologia a ser usada, foi proveitosa no que se refere à geração de produtos que realmente agreguem a todos que futuramente possam entrar em contato com a mesma, assim como devolver à comunidade em questão sua contribuição para a composição de toda a pesquisa, inclusive deste artigo. Nesse sentido, avalia-se como importante a visão de se perceber a própria comunidade como um objeto de estudo, mas enxergá-la também como produtora de conhecimento e cultura. O trabalho de perceber e descortinar problemas sociais, muitas vezes invisibilizados, eleva o ponto de vista e deixa mais nítida a percepção da construção de uma sociedade desigual e como ela é perpetuada. A conexão entre interesses, fatos e consequências, viabiliza uma prévia interpretação de futuros casos iguais ao que foi brevemente relatado neste artigo. Durante a verificação de cada caso e como estes se desdobraram foi possível perceber como o atual sistema capitalista funciona e como ele afeta pessoas que não possuem meios

de se manter plenamente. A partir desta constatação, fica clara a questão de que problema da habitação na nossa sociedade não é restrito apenas a um grupo, mas sim de toda sociedade. Nota-se que atualmente parte dos moradores se encontram em um casarão em condições piores do que no edifício. Neste casarão, a insalubridade é grande e os moradores utilizam água contaminada por dejetos de banho por não haver regularização de serviços de água ou luz. Se espremem em cômodos para que todos consigam minimamente um espaço para dormir. Outra parte dos moradores reside temporariamente na casa de familiares ou amigos. Muitos se mostraram desconfortáveis com esta situação, por não conseguir se quer colaborar com as despesas, pois tiveram seu material de trabalho retido no edifício ou são idosos. Nos casos que recebem aluguel social, reclamam do valor que não é suficiente e por haver incerteza do recebimento, visto que o benefício é constantemente suspenso.

Considerações Finais:

Isto posto, é perceptível que o conhecimento de movimentos de luta pela moradia possa contribuir para a desmistificação da criminalização a eles injustamente atribuída. Todos os casos presentes na pesquisa do projeto de extensão aqui discutido ocorreram de forma pacífica em prol da concretização da garantia do direito à habitação. A construção dos movimentos em prol da habitação acontecem a partir de uma necessidade e não de um capricho, visando tomar algo de algum proprietário. A quebra desta crença falaciosa se dá através de um conhecimento produzido - não apenas, mas também - academicamente que tem o dever de ser divulgado junto à sociedade. A visibilidade de casos como o tratado neste artigo traz à luz situações mais frequentes do que aparentam. Embora pouco difundido, o assunto é extremamente relevante pois vincula-se a outros problemas como, por exemplo, o preconceito de classe, o racismo, a segregação, entre outros. Se tornando assim, uma cadeia problemática, gerando alta densidade nas periferias, condições insalubres, resultando em baixas condições de bem estar. Tudo isto, pois a grande maioria das remoções são feitas, sem que o poder público garanta padrões mínimos de qualidade, como aconteceu com os antigos moradores do Prédio da Caixa. A busca de direitos se torna uma batalha, quando quem gere a cidade está priorizando, na maioria das vezes, os interesses de uma parcela da população, enquanto os demais devem requisitar incansavelmente a validação de seus direitos. Manifestações por moradia são o reflexo de um conjunto de fatores estruturais e também locais como, por exemplo, uma gestão indiferente às necessidades básicas de sua população. A tendência da forma de governar através de políticas emergenciais é corriqueira, contudo tendenciosa, pois não assiste a longo prazo e não empreende uma política verdadeiramente estruturante. O que se observa em casos de remoções são as formas que estas políticas emergenciais se aplicam. Predominantemente usadas para desarticulação da população, inviabilizando o avanço concreto da luta. Muitas vezes a desarticulação é promovida na forma de coação direta, através de insinuações de não cumprimento, seja de medidas emergenciais ou estruturantes. Contudo, o que se pode observar no caso relatado neste artigo é a resistência de uma comunidade que, apesar das perversidades sofridas, entende que através da luta coletiva é possível se reconquistar seus direitos fundamentais e invioláveis.

Referência:

SOUSA, Daniel Mendes Mesquita de. Limites e possibilidades das operações urbanas consorciadas: Notas sobre o caso da área central de Niterói (RJ). Niterói: Escola de Arquitetura e Urbanismo, 2017. Universidade em luta pela moradia. Glauco Bienenstein, Regina Bienenstein e Daniel Mendes Mesquita de Sousa (organizadores). Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2017. FARIA, Jorge Ricardo Vargas de; POLLI, Simone Aparecida; FROÉS, Ana Claudia Stangarlin; SOUZA, Mayara Vieira de. Protestos por Moradia e Política de Habitação em Curitiba: lutas por regularização fundiária e produção habitacional. São Paulo: XVII Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, 2017 Justiça Federal. Nova sede da Justiça Federal de Niterói vai transformar Amaral Peixoto em "corredor do judiciário". Rio de Janeiro. Acesso em: 30/08/2019 Prefeitura de Niterói. Sancionada lei que institui a Operação Urbana Consorciada para revitalização do centro da cidade. Niterói. Acesso em: 04/09/2019 Atas Fórum de Luta pela Moradia, 22/05/2019; 04/06/2019; 11/06/2019.

